Desafios dos direitos humanos no sistema-mundo capitalista

- Desafíos de los derechos humanos en el sistema-mundo capitalista
- Human rights challenges in the capitalist world system

Rosângela de Lima Vieira[1]

Resumo: Trata-se aqui de uma proposta de análise da conjuntura histórica da criação da ONU e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, utilizando o referencial da Economia Política dos Sistemas-Mundo, sobretudo as contribuições de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Essa abordagem, ao buscar um exame mais global do fenômeno histórico, alcança as relações e interrelações mais complexas, expondo, por exemplo, como ambas as concepções atenderam aos interesses da hegemonia estadunidense que foram os administradores daquele processo. O caos, pós Segunda Guerra Mundial, criou condições para que os EUA coordenassem a reformulação do sistema interestatal, uma vez que conseguiram – pelo desgaste político europeu em geral e britânico em particular – se colocar como se seus interesses próprios representassem o interesse mundial. Desde então a ideia de democracia estadunidense e a Declaração Universal dos Direitos Humanos passaram a ser argumentos para intervenções. A institucionalização da ONU e da DUDH gerou uma restrição dos direitos e poderes de as nações organizarem soberanamente relações com outros Estados e com seus próprios cidadãos. Organizações como o FMI e o Banco Mundial, também criadas nessa conjuntura, foram

1 Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, Brasil. Doutorado em História e Pós-Doutorado em Economia. rosangela_vieira@uol.com.br

outros instrumentos a serviço da hegemonia dos EUA. A partir da consciência mais profunda deste quadro histórico, surgiram teorias críticas, buscando superar a visão eurocêntrica dos Direitos Humanos e mostrando a necessidade urgente de abrir-se para o diálogo intercultural emancipador dos povos periféricos, no sistema-mundo capitalista. Numa visão contra-hegemônica, a luta em defesa dos Direitos Humanos, na América Latina e no Caribe tem necessariamente um compromisso intrínseco com uma cultura descolonizadora.

Palavras-chave: Economia Política dos Sistemas-Mundo. Direitos Humanos.

Resumen: Se trata de una propuesta de análisis de la coyuntura histórica de la creación de la ONU y la Declaración Universal de los Derechos Humanos, utilizando el referencial de la Economía Política de los Sistemas-Mundo, sobretodo las contribuciones de Giovanni Arrighi y Immanuel Wallerstein. Este enfoque, al buscar un examen más global del fenómeno histórico, alcanza las relaciones y interrelaciones más complejas, exponiendo, por ejemplo, como ambas las concepciones antenderan a los interesés de la hegemonía estadounidense que fueron los administradores de aquel proceso. El caos, después de la Segunda Guerra Mundial, creó condiciones para que los EUA coordinasen la reformulación del sistema interestatal, una vez consiguieron - por el desgaste político europeo en general y el británico en particular - colocar como se sus intereses propios representasen el interés mundial. Desde entonces el concepto de democracia estadounidense y la Declaración de los Derechos Humanos pasarán a ser argumentos para intervenciones. La institucionalización de la ONU y de la DUDH generó una restricción de los derechos y poderes de las naciones organizaren soberanamiente relaciones con otros Estados y con sus propios ciudadanos. Organizaciones como el FMI y el Banco Mundial, también creadas en esta coyuntura, fueron otros instrumentos al servicio de la hegemonia de los EUA. A partir de la conciencia más profunda deste cuadro históricoA partir de la consciencia más profunda de este cuadro histórico, surgen teorías críticas, buscando superar la visión eurocéntrica de los Derechos Humanos y presentando la necesidad urgente de se abrir para el diálogo intercultural emancipador de los pueblos perifericos, en el sistema-mundo capitalista.
En una visión contrahegemónica, la lucha en defensa de los Derechos Humanos, en Latinoamérica y en el Caribe tiene necesariamente un compromiso intrínseco con una cultura descolonizadora.

Palabras clave: Economía Política de los Sistemas-Mundo. Derechos Humanos.

Abstract: This paper proposes an analysis on the historic conjecture of the creation of United Nations and the Universal Declaration of Humans Rights, using

the point of view of World-System Political Economy, specially the contributions of Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein. This approach, when looking for a global examination of the historic phenomenon, reaches the more complex relations and interactions, exposing, for example, how both the conceptions attended to the interest of the United States Hegemony, which were administrated during that process. The chaos of the post Second World War, created the conditions which allowed the USA to coordinate the reformulation of the interstates system, since they were able to – due to the European and especially British, political wear – position their self interests as the World main focus. Since then the idea of United States democracy and the Universal Declaration of Human Rights became the main argument for interventions. United Nations' and the Universal Declaration of Human Rights institutionalization generated a series of restriction on the rights and powers of the nations to organize sovereignly the relations with other Estates and with their own citizens. Organizations such as the IMF and the World Bank, which were also created during this conjecture, were another instrument in service of the USA hegemony. Starting from the deeper understanding of this historical picture, critic theories were born, trying to surpass the Eurocentric vision of the Human Rights and showing the urgente need of starting the emancipator interculture dialogue of the peripheric people, in the capitalist World System. In a counter-hegemonic view, the fight in defense of the Human Rights in Latin America and Caribbean have an intrinsic compromise with a decolonizing culture.

Key words: Political Economy of the World-System. Human Rights.

O objetivo principal do presente texto consiste em demonstrar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que traz um conjunto de valores ético-políticos visando estabelecer um pacto entre as nações para a superação da violência das guerras, é fruto de uma conjuntura histórica e de interesses político-econômicos que contradizem os próprios direitos humanos.
Esta percepção, da DUDH na conjuntura histórica da criação da ONU, torna-se possível, quando na análise utiliza-se o referencial da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), sobretudo com as contribuições de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

Comecemos pela apresentação do próprio instrumental de análise.

Construção histórica dos fundamentos analíticos da EPSM[2]

A EPSM surge na década de 70 do século passado com a publicação do primeiro volume da obra *The modern world-system* de Immanuel Wallerstein. A criação da abordagem sistêmica se deve à contribuição de três autores, o próprio Wallerstein, sociólogo norte-americano; Fernand Braudel, historiador francês que já no início dos anos 50 empregava o conceito de economia-mundo; e Giovanni Arrighi, economista e sociólogo italiano radicado nos EUA.

A partir de três princípios analíticos fundamentais transcorrem as análises da Economia Política dos Sistemas-Mundo. São eles: 1) os estudos são necessariamente históricos, numa leitura de longa duração; 2) a interdisciplinaridade constitui-se como essencial para a amplitude dessas análises; assim, embora aspectos econômicos sejam preponderantes, as demais dimensões (políticas, culturais, militares, etc.) não são abandonadas; e 3) o aspecto relacional entre o que classicamente é identificado como global e local estabelece outro princípio constitucional dessa abordagem.

A partir desses pressupostos, os autores observam que as crises do sistema capitalista têm sido constantes e notam "[...] um ciclo alternado de expansões e estagnação. E estes ciclos incluíam flutuações de tal relevância e regularidade que seria difícil crer que não eram intrínsecos ao funcionamento do sistema." (WALLERSTEIN, 1985, p. 29) Disso resultou, entre outras consequências, uma realocação geográfica.

> Tal realocação geográfica tinha como principal atrativo a mudança para uma área com custos mais baixos de trabalho, embora, do ponto de vista da área para a qual se mudava a indústria, tal indústria usualmente implicasse um aumento do nível salarial de alguns setores da força de trabalho. Estamos atravessando exatamente agora uma realocação mundial maciça das indústrias siderúrgica, automobilística e eletrônica. Este fenômeno de realocação desde o início foi parcela e parceiro do capitalismo histórico. (p. 30).

E segundo Wallerstein, "[...] as novas incorporações ao sistema mundial do capitalismo tendiam a ser correlatas às fases de estagnação na economia mundial [...]." (1985, p. 34)

Os ciclos alternados de expansões e estagnações, como essenciais ao processo histórico do capitalismo, também estão presentes na análise de Fernand Braudel, a partir do conceito de economia-mundo. Tais ciclos levam à alternância do centro de acumulação.

2 Optamos por inserir tópico, caracterizando os fundamentos da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), pelo fato de que este referencial teórico e metodológico de análise ser relativamente pouco conhecido no Brasil.

> Seja Amsterdam substituindo Antuérpia, Londres sucedendo Amsterdam ou, por volta de 1929, Nova York ultrapassando Londres, a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas. (BRAUDEL, 1996, p. 22).

Foi, contudo, Giovanni Arrighi, na obra *O longo século* XX: *dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*[3], quem cunhou o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) para analisar em conjunto e ao mesmo tempo cada uma das economias-mundo de Braudel. Segundo ele, os CSAs são unidades de análise mais 'manejáveis' construídas a partir das contribuições braudelianas, sobretudo, o conceito de capitalismo como um processo histórico de longa duração e enquanto o terceiro andar da economia[4].

Os ciclos sistêmicos de acumulação derivam

> [...] diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior "não especializada" da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os "lucros em larga escala". Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista "monopolize" as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação. (ARRIGHI, 1996, p. 8)

Arrighi também esclarece que ao decompor esses cinco longos séculos em quatro CSAs: Genova, Holanda, Grã Bretanha e Estados Unidos – refere-se "[...] ao sistema como um todo, e não a seus componentes". E também explica que concentrar-se "[...] nas estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais genoveses, holandeses, britânicos e norte-americanos deve-se exclusivamente à posição central que ocupam, de forma sucessiva, na formação dessas etapas." (ARRIGHI, 1996, p. XI). Ou seja, a economia capitalista é mais ampla tanto geograficamente, quanto no que se refere a seus agentes. E, embora os centros hegemônicos de cada CSA recebam certa ênfase já que o processo é capitaneado por cada um deles. Cada modelo buscou estratégias para expandir-se o máximo possível pelo planeta. Segundo

3 Essa obra será basilar para o desenvolvimento da argumentação do presente artigo. Original: The long twentieth century: money, power and the origins of our times, London; New York, 1994.

4 Para Fernand Braudel a economia se apresenta historicamente em três níveis: o primeiro andar, a economia das trocas simples; o segundo andar, a economia de mercado; e o terceiro nível, o capitalismo. Este último caracterizado por um vasto conjunto de estratégias na busca do maior lucro possível, o que inclui a fuga da 'lei de mercado' da oferta e procura.

Arrighi (1996),

> O principal objetivo do conceito de ciclos sistêmicos é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade. (p. 10).

A observação de expansões materiais seguidas de expansões financeiras reiteradas vezes levou à concepção dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Ou seja, cada ciclo passou inicialmente por uma fase de intensificação de sua acumulação pela produção e/ou circulação e em seguida parte significativa de sua acumulação deslocou-se para a esfera financeira.
Também se deve destacar que os ciclos sistêmicos de acumulação consecutivos superpõem-se parcialmente. Quando o 'antigo' ciclo entra na fase financeira – ou seja, as taxas de lucratividade pendem para os negócios financeiros – o que causa um deslocamento dos investimentos de capitais para esse setor; um 'novo' ciclo começa se desenhar a partir de uma expansão material – o que pode ser por causa de novos produtos, por exemplo –, e que lentamente começa a atrair investimentos. (ARRIGHI, 1996, p. 6).

A superposição parcial dos ciclos sistêmicos de acumulação decorre de a expansão financeira do CSA em vigor financiar a nova expansão material que poderá constituir-se em um 'novo' CSA. Segundo ele,

> O aspecto principal do perfil temporal do capitalismo histórico aqui esquematizado é a estrutura semelhante de todos os séculos longos. Todos esses constructos consistem em três segmentos ou períodos distintos: (1) um primeiro período de expansão financeira [...], no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições deste último; (2) um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação [...], no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial; e (3) um segundo período de expansão financeira, no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar [...] o novo regime dominante. (ARRIGHI, 1996, p. 219-220)

Outra contribuição de Arrighi é a distinção entre crise sinalizadora e crise terminal desse regime de acumulação:

> [...] chamaremos o início de cada expansão financeira – e, por conseguinte, de cada século longo – de *"crise sinalizadora"* do regime de acumulação dominante. É nesse momento que o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes,

> para a intermediação e a especulação financeiras. Essa passagem é a expressão de uma "crise", no sentido de que marca um "ponto decisivo" um "momento crucial de decisão". Essa crise é o "sinal" de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. (ARRIGHI, 1996, p. 220.)

Essa fase leva a uma acumulação de riquezas e de poder e ocorreu em todos os ciclos sistêmicos de acumulação.

> No entanto, por mais maravilhoso que esse momento possa ser para os que se beneficiam do fim da expansão material da economia mundial, ele nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente. Ao contrário, sempre foi o preâmbulo de um aprofundamento dessa crise e da eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo regime. Chamamos ao evento ou série de eventos que levam a essa superação final de "crise terminal" do regime de acumulação dominante [...]. (ARRIGHI, 1996, p. 220)

Como se vê, a Economia Política dos Sistemas-Mundo, ao buscar um exame mais global do fenômeno histórico, alcança as relações e interrelações mais complexas, expondo.

A partir destes fundamentos analíticos, veremos adiante como o caos, pós Segunda Guerra Mundial, criou condições para que os EUA coordenassem a reformulação do sistema interestatal, uma vez que conseguiram – pelo desgaste político europeu em geral, e britânico em particular – se colocar como se seus interesses próprios representassem o interesse mundial. A Segunda Guerra Mundial aponta o fim do CSA britânico e a ascensão definitiva do EUA. Nessa conjuntura histórica está inserida a criação da ONU, bem como sua primeira manifestação ético-política internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de que falaremos mais adiante.

Por hora, é preciso aproximar a lupa sobre o novo ciclo econômico para poder fundamentar as contradições entre seus objetivos e o discurso ético-político dos direitos humanos.

O Ciclo Sistêmico de Acumulação Norte-Americano

O modelo britânico – chamado por John Gallagher e Ronald Robinson de 'imperialismo de livre comércio', ou "[...] um sistema mundial de governo que se expandiu e suplantou o Sistema de Vestfália" (ARRIGHI, 1996, p. 53) – foi uma centralização sem precedentes do poder mundial nas mãos de um único Estado, o Reino Unido, por mais de um século.

Por sua vez, o imperialismo de livre comércio estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à au-

toridade superior do 'mercado mundial' regido por 'leis próprias'. Esse poder foi resultante da adoção unilateral de uma prática e uma ideologia de livre comércio pelo Reino Unido. Ainda combinando a expansão territorial ultramarina com o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital no país, essa política tornou-se um poderoso instrumento de governo de toda a economia mundial. Ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidelidade a ela. Assim, pode-se dizer que o capitalismo mundial, sob a égide britânica, foi ao mesmo tempo um império mundial e uma economia mundial. Isso se perpetuou da segunda metade do século XVIII até o fim do século XIX e início do XX, quando forma-se a conjuntura de crise do CSA britânico.

Para Arrighi, o Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, começou a perder o controle e a Alemanha e os EUA iniciam sua ascensão na economia mundial.

> Os desafios alemão e norte-americano ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes. (ARRIGHI, 1996, p. 59).

Os EUA estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, insularidade e dotação eram extremamente favoráveis de recursos naturais, bem como a política – sistematicamente seguida por seu governo – de manter as portas do mercado interno fechadas aos produtos estrangeiros, todavia, abertas ao capital, à mão de obra e à iniciativa do exterior. Tal conjuntura transformou o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre comércio (ARRIGHI, 1996, p. 61). Além disso, tanto a primeira quanto à segunda guerra mundial aceleraram o processo de hegemonia dos EUA.

A partir de 1915, a demanda britânica por armamentos e máquinas somente pode ser atendida pelos EUA, o que deu a este, direitos sobre as receitas e ativos britânicos. A expansão material norte-americana, iniciada por volta de 1870, é concomitante à expansão financeira britânica e com a 'Grande Depressão' (1873-1896). Salienta o autor:

> Como todos os séculos anteriores, o longo século XX compõe-se de três seguimentos distintos. O primeiro começa na década de 1870 e se estende até 1930, isto é, desde a crise a sinalizadora até a crise terminal do regime britânico de acumulação. O segundo vai da crise terminal do regime britânico até a crise sinalizadora do regime norte-americano – uma crise que podemos situar por volta de 1970. E o terceiro e último segmento vai de 1970 até a crise terminal do

> regime norte-americano[5]. (ARRIGHI, 1996, p. 220-1).

As duas grandes guerras (1914-18 e 1939-45) são fenômenos históricos peculiares à crise terminal do ciclo britânico e da disputa para sucedê-lo. Com o fim da Segunda Guerra, os EUA haviam acumulado imensos créditos, que lhe davam o 'monopólio da liquidez mundial'. E mais, com o fim da guerra, já estavam estabelecidos os principais contornos desse novo sistema mundial: em Bretton Woods foram estabelecidas as bases do novo sistema monetário internacional; em Hiroshima e Nagasaki, novos meios de violência; e com a Carta das Nações Unidas[6], as novas normas e regras de legitimação do novo regime de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. 278-284).

O modelo norte-americano é assim caracterizado, pelo autor:

> [...] o livre comércio ideologizado e praticado pelo governo dos Estados Unidos, em todo o período de seu predomínio hegemônico, tem sido, antes, uma estratégia de negociação intergovernamental – bilateral e multilateral – sobre a liberalização do comércio, visando basicamente abrir as portas das outras nações aos produtos e às empresas norte-americanos. (ARRIGHI, 1996, p. 71)

E "[...] com isso, atingiu-se um grau muito mais amplo de livre comércio *multilateral* sob a hegemonia norte-americana, comparado ao da britânica." (p. 72). E o 'livre comércio' garantiu privilégios aos EUA, uma vez que sendo mais produtivo e competitivo conquistou todos os mercados que lhes interessaram.

Outra característica do modelo norte-americano são as empresas multinacionais. As quais Arrighi (1996) chama de verdadeiros "cavalos de Tróia" do modelo norte-americano. Enquanto as Companhias de Comércio e Navegação dos séculos anteriores eram instrumentos altamente maleáveis da expansão do Estado, "[...] as empresas multinacionais do século XX não o são. Longe de serem tais instrumentos à disposição do poder estatal, estas empresas cedo transformaram-se no limite mais fundamental desse poder." (p. 317) Elas se situam acima dos interesses estatais, deslocam-se na direção da melhor lucratividade, independentes das necessidades nacionais.

A criação da ONU: a DUDH e suas contradições

Os Estados Unidos assumem a condição de novo centro da economia-mundo capitalista após a derrocada econômica da Grã Bretanha pós Segun-

5 Arrighi distingue dois tipos de crise: a *sinalizadora e a terminal.* A primeira indica uma tendência dentro do ciclo, a segunda leva a uma transformação mais profunda no sistema, o que inclui a troca do centro hegemônico.

6 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>.

da Guerra Mundial. O caos sistêmico que seguiu com o fim da Guerra permitiu que a partir de 1948 os EUA assumissem para si a liderança da reconstrução do sistema econômico mundial. O modelo americano de acumulação de capitais se desenhou tanto em fatores econômicos, organizacionais e ideológicos. Assim suas reservas de ouro em 1957 já equivaliam a 70% do total mundial. (ARRIGHI, 1996, p. 284). A criação de estruturas econômicas para a organização da economia mundial como a OIC (Organização Internacional do Comércio) e o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) exemplificam sua liderança nessa reorganização.

Outras organizações como O FMI e o Banco Mundial, também criadas nessa conjuntura, foram outros instrumentos a serviço da hegemonia dos EUA legitimando suas ações. Cooptando, pressionando, endividando, coagindo, sobretudo os países periféricos ou semi-periféricos.

A ONU e as organizações de Bretton Woods (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – estes para o controle da emissão de dinheiro) "[...] tornaram-se instrumentos suplementares, administrados pelo governo dos EUA no exercício de suas funções hegemônicas mundiais [...]" (p. 69) e Wall Street a centro financeiro do mundo.

No aspecto ideológico se colocaram como os defensores dos Direitos Humanos e da democracia e colocaram-se a serviço da defesa desses princípios como sendo valores universais. Segundo Arrigh (1996) o discurso de "unimundismo" justificou sua atuação intervencionista e "[...] a formação da Organização das Nações Unidas, cuja Assembleia Geral reuniu todas as nações em pé de igualdade, foi o correlato mais significativo da hegemonia norte-americana." (p. 66) E, citando Schurmann[7], "[...] a Organização das Nações Unidas foi abertamente guiada pelas ideias políticas norte-americanas [...]". (p. 68)

Desde o fim da 2ª Guerra, a idéia de democracia estadunidense e o discurso em defesa dos Direitos Humanos vêm sendo argumentos ideológicos dos EUA para variadas intervenções em outras nações, negando a soberania de muitos povos.

Outro aspecto a ser destacado é que a DUDH representa efetivamente os valores ético-políticos da moderna civilização europeia, todavia tem a pretensão, ou mais até do que isso, a 'missão' de ser universal. De representar o rol de valores unimundista, desprezando a pluralidade que caracteriza a humanidade. E em nome dela a ingerência sobre povos e culturas vem ocorrendo continuamente.

A obra *O universalismo europeu: a retórica do poder*, Immanuel Wallerstein (2007) mostra com clareza como o discurso dos direito humanos foi e

7 Cf. SCHURMAN, Franz. The logic of world power: an inquiry into the origins, currents, and contradiction of world politics. Nova York: Pantheon Book, 1974, p. 71.

continua sendo apropriado para sustentar a hegemonia capitalista no mundo.

Segundo Wallerstein (2007) a hegemonia norte-americana utiliza o argumento de que os Direitos Humanos são um dever dos civilizados para suprimir a barbárie. Aliás, o discurso do direito de intervir, como um compromisso humanitário, já estava presente desde os séculos coloniais. No caso dos DH, baseia-se na falácia de que os conceitos de democracia e de direitos humanos advém da superioridade da civilização ocidental, pois resultam de valores e verdades universais.

> A retórica dos lideres do mundo pan-europeu – sobretudo, mas não só, dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha –, da grande mídia e dos intelectuais do *establishment* está cheia de apelos ao universalismo como justificativa básica para suas políticas. Isso acontece principalmente quando falam das políticas relativas aos "outros" (os países do mundo não-europeu, a população dos países mais pobres e "menos desenvolvidos"). O tom costuma ser moralista, intimidador e arrogante, mas a política é sempre apresentada como refletisse valores e verdades universais. (WALLERSTEIN, 2007, 26)

É o caso, por exemplo, da invasão ao Iraque em março de 2003, na qual a presença de armas de destruição em massa e a ausência de democracia foram as justificativas utilizadas para a "Operação Liberdade do Iraque" liderada pelos EUA. Na verdade o controle das reservas de petróleo daquele país foi o principal objetivo. Isso ficou evidente quando ocorreram os leilões de 11 poços de petróleo em 2009, quando as companhias de perfuração norte-americanas passaram a lucrar bilhões com a infraestrutura para a reconstrução da indústria petrolífera no país árabe[8].

A partir da consciência ampla deste quadro histórico, é que a abordagem EPSM contribui para a superação da visão eurocêntrica dos Direitos Humanos e demonstra a necessidade urgente do diálogo intercultural emancipador dos povos periféricos, no sistema-mundo capitalista.

O discurso dos direitos humanos não pode justificar as várias formas de dominação e intervenção. A Declaração Universal dos Direitos Humanos não é universal; ela representa a cultura e os valores ético-políticos a partir de uma visão eurocêntrica. Seu pretenso universalismo acaba ocultando a humanidade diversa tal como hoje se explicita.

8 Cf. reportagem "Iraque: Empresas americanas dominam reconstrução da indústria petrolífera". *The New York Times*, 22/06/2011. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/iraque-empresas-americanas-dominam-reconstrucao-da-industria-petrolifera/n1597041247106.html>. Acesso em: 10 set. 2017.

Considerações finais

Se por um lado o discurso dos direitos humanos têm sido utilizado para justificar a ingerência dos EUA sobre outros países, representando os interesses econômicos do mundo *pan europeu;* por outro se faz necessária, segundo Wallerstein (2007), a construção de direitos humanos realmente universais. Nas suas palavras: um "universalismo universal", baseado na história e na diversidade de seus múltiplos sujeitos. Ele afirma:

> A questão que hoje está diante de nós é como ultrapassar o universalismo europeu – esta última justificativa perversa da ordem mundial – rumo a uma coisa muito mais difícil de obter: o universalismo universal, que recusa as caracterizações essencialistas da realidade social, historiza tanto o universal quanto o particular, reunifica os lados ditos científico e humanístico em uma epistemologia e permite-nos ver com olhos extremamente clínicos e bastante céticos todas as justificativas de "intervenção" dos poderosos contra os mais fracos. (p. 118)

Assim, o conjunto de valores ético-políticos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, vem sendo objeto de um processo constante de análise crítica e ressignificação. Numa perspectiva contra-hegemônica ao pensamento único da cultura ocidental moderna eurocêntrica, busca-se a inserção da luta pelo respeito à dignidade humana, tendo como horizonte um mundo plural, livre, justo e solidário[9].

Neste contexto, a defesa dos Direitos Humanos, em países periféricos e semiperiféricos do sistema capitalista, como os da América Latina, têm necessariamente um compromisso intrínseco com uma luta emancipadora e descolonizadora. Emancipadora, nesse caso, remete ao compromisso de respeito às diferenças e de luta contra as desigualdades. Descolonizadora, por sua vez, significa superar criativamente a visão eurocêntrica dos direitos humanos, que serviu para legitimar a dominação e as intervenções, para inserir esta concepção ocidental de dignidade humana num mundo, em que o diálogo intercultural tornou-se um imperativo de convivência ética.

A abordagem da EPSM tem uma contribuição para esse processo de construção. A história latino-americana de séculos coloniais escravistas e de exploração cunhou aqui uma elite conservadora e aliada aos interesses hegemônicos para assegurar seu próprio enriquecimento em detrimento das massas pobres e marginais. Muitas lutas, o povo empreendeu para conquistar

9 Cf. "Por uma concepção multicultural dos direitos humanos" de Boaventura de Souza Santos. *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n. 48, junho/1997, Coimbra. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF>. Acesso em: 10 set. 2017.

uma sobrevivência mais digna. O século XX caracteriza-se, entre outras coisas, por lutas por direitos em geral, e pelos direitos humanos em particular, especialmente na segunda metade do século. O pouco que avançamos resultou desses combates dos movimentos sociais organizados.

Neste início de século, a hegemonia do neoliberalismo nos impõe recuos de muitas conquistas de direitos humanos; daí a necessidade de resistência e de esforços por novos avanços. Para isso é necessário superar a visão unicentrada dos direitos humanos na cultura ocidental. A abordagem sistêmica da EPSM, que permite uma avaliação mais abrangente, pode ampliar as possibilidades dos direitos humanos em novas conquistas. Também uma análise interdisciplinar das interações das esferas econômicas, sociais, culturais e ideológicos contribui para uma maior efetividade em projetos de ação.

Contudo, Pedro Vieira (2016, p. 159) nos alerta para o fato de que os DH expressam "[...] uma das tantas contradições do sistema capitalista mundial.", como afirmou Pedro Vieira (2016, p.159).

E afirma:

> No século XXI a contradição entre a impossibilidade da realização e a continuidade da promessa da universalização dos DH parece estar entrando em uma nova etapa. É que a facilidade de comunicação e de mobilidade globais faz com que a ideia de democracia e dos DH se espalhe por todas as partes do globo, estimulando as populações e seus apoiadores (movimentos sociais e ONGs) a lutarem por seus direitos e possibilitando que suas reivindicações sejam conhecidas em todo o mundo. Essa divulgação instantânea dificulta a repressão pelos governos locais e ao mesmo tempo coloca os Estados do centro da economia-mundo diante de um dilema, como parecem estar os Estados europeus frente à atual corrente migratória. Se forem solidários se envolvem diretamente nos problemas que deram origem à emigração, o que certamente não querem; e se não forem, revelam que os DH não são para todos. (p.169)

Portanto, o grande desafio dos DH consiste em ao mesmo tempo se universalizar, como um dos instrumentos de diálogo ético-político intercultural, sem, no entanto, ser justificativa para intervenções e outras formas de opressão. E que se tornem efetivamente uma regulamentação de convivência entre os povos, garantindo a diversidade cultural e o compromisso com o respeito à dignidade humana.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século* XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Trad. Telma Costa. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (v. 3).

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: FEUC/Centro de Estudos Sociais. n. 48, junho/1997, p. 11-32.

VIEIRA, Pedro. As contradições da economia-mundo capitalista frente aos direitos humanos. In: SALATINI, Rafael (Org.). *Cultura e direitos humanos nas relações internacionais.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 2. p. 159-172.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico.* Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____ . *O universalismo europeu: a retórica do poder.* Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido em: 20 de outubro de 2017.
Aprovado em: 25 de novembro de 2017